

Governo Federal deu solução para índios e colonos em atrito no Oeste

O acordo do governo tem caráter irreversível. O Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, após esgotar, segundo ele, todas as chances de conversações, percebeu que não havia outro remédio senão tomar uma "decisão dolorosa" para ambas as partes. Os índios ganharam 912 ha, sem o cemitério, e os colonos terão que ceder mais do que os simples 120 ha que queriam deixar para os Caingangues.

Eu diria que é uma solução que não visou agradar a ninguém afirmou Costa Couto. Foi a solução possível que procurou respeitar os direitos de ambas as partes. Os índios ficam com 912 ha contínuos e têm assegurado o acesso ao cemitério. Os colonos, em sua maioria, permanecem onde estão, e cerca de 40 famílias serão indenizadas com pagamento em dinheiro de terras e benfeitorias.

Foram duas segundas-feiras seguidas, com seis horas, cada, de discussão, envolvendo Ministério da Justiça, Reforma Agrária, Interior, e Incri, Funai, Seplan, o Governador Esperidião Amin e o prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini. Os dois últimos defenderam até o fim o interesse dos colonos e saíram, ao final dos encontros sem assinar o documento, dando apenas "ciente".

Os índios concordaram em diminuir a reivindicação inicial de 1 mil 885 ha.

Chegaram a se animar quando souberam que as conversações no gabinete

do Ministro Costa Couto estavam bem. Ao saberem, que a sua parte não incluía o cemitério onde estão seus mortos, fincaram pé e voltaram a Santa Catarina dispostos a não aceitar.

Medidas do Governo beneficiam as duas partes

1) O Governo Federal expedirá Decreto que desapropriará área estimada em 912 hectares que será destinada aos índios caingangues;

2) O Governo Federal indenizará os colonos que tiverem suas áreas desapropriadas, a preços de mercado, com pagamento à vista. Incluindo terras, benfeitorias e outros direitos que sejam comprovados nos termos da legislação em vigor;

3) O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário oferecerá aos colonos incluídos na desapropriação, após a indenização, opção de se localizarem em área o mais próximo possível, no município de Chapecó. Nessa área, desde logo considerada como prioridade máxima, proporcionará os meios para que possam desenvolver suas atividades. Esse compromisso inclui, além do acesso à terra, infra-estrutura indispensável a seu uso e exploração e serviços de apoio, particularmente crédito e assistência técnica. Tudo com o objetivo de garantir às famílias dos colonos condições dignas de vida;

3.1) A todos os colonos titulares de áreas desapropriadas será assegurada opção de assentamento em área não inferior ao módulo rural regional (12 hectares).

4) Conforme entendimentos com a Prefeitura Municipal de Chapecó, fica assegurado aos índios o acesso e uso do cemitério.

Colonos estão frustrados e planejam reação

Chapecó — O município de Chapecó amanheceu ontem chocado com a notícia da decisão federal sobre o conflito de Sede Trentin/ Toldo Chimbangue: transferir 912 hectares aos índios, manter 973 hectares com os colonos e retirar/reassentar 42 famílias. Os agricultores lamentaram a decisão e prometeram resistir. A Câmara de Vereadores aprovou mensagem ao Vaticano pedindo a transferência do bispo diocesano. As lideranças do município se reúnem hoje, ao retorno do prefeito Ledônio Migliorini, para estabelecer uma estratégia de ação/reação.

A notícia foi levada aos colonos através de contato telefônico que o prefeito Ledônio Migliorini manteve com o líder da comunidade rural de Sede Trentin, Fidelis Trombetta. Ontem de manhã, quando Trombetta comunicou seus liderados sobre a decisão, o pânico tomou conta da vila.

Tomado pela emoção, o líder Fidelis Trombetta acusou a Nova República de trair seus compromissos: "prometeram terra aos agricultores e agora tiram a terra de quem a cultiva há 40 anos. Prometeram proteger o direito de propriedade e defender quem trabalha. Mas era tudo mentira". Trombetta considera a decisão federal injusta: "nós pagamos centavo a centavo o valor dessas terras, não roubamos, não matamos e não expulsamos ninguém para tomar posse. Vivíamos tranquilos há mais de 40 anos. Por que vieram esses agitadores criar confusão e pedir terras para índios que nunca ocuparam esse lugar?".

O Comitê de Solidariedade aos Colonos de Sede Trentin, formado por lideranças do PMDB e do PDS,

reúne-se hoje para avaliar a situação. O comitê vai sugerir que os colonos ingressem na Justiça, terreno onde será fácil provar a injustiça da pretensão. É possível que ocorram novas manifestações, mas é certo que o comitê programará novas ações, antecipou ontem seu presidente.

"Só sairemos daqui arrastados", disse o agricultor Alcides Degnin, um dos líderes da comunidade.

Eles garantem que não irão usar de violência, mas os ânimos estão exaltados em Sede Trentin. Treze colonos decidiram prosseguir com a greve de fome iniciada na sexta-feira da semana passada "até que o Presidente

Sarney venha pessoalmente ver a traição que os seus ministros estão fazendo com trabalhadores honestos". A partilha da área, conflagrada desde 1983, com as duas comunidades reivindicando a sua posse, obrigará a saída de 40 famílias para serem reassentadas em outro local.

— Não vamos usar de violência, mas se termos que sair, que venham nos tirar. E aí deixaremos de ser agricultores e de ser brasileiros. Vamos todos para o Paraguai — desafiou Alcides Degnin. Segundo ele, todos os agricultores têm títulos de propriedade e chegaram a Sede Trentin antes dos índios.

Agricultor está ameaçando amputar os dedos

Chapecó — O agricultor Alberto Sieve, de 50 anos de idade, nascido em Sede Trentin, tentou ontem decepar os dedos de suas mãos, em protesto à decisão do Governo Federal, sobre o caso de Sede Trentin. Sieve é uma das 13 pessoas que continuam em greve de fome na localidade. Os grevistas entram hoje no sexto dia de jejum. Problemas de pressão foram atendidos por médicos de Chapecó.

Alberto Sieve, um dos mais antigos moradores da localidade foi impedido de executar a promessa, de cortar os dedos das mãos, pelos demais colonos que agora o vigiam em todos os momentos. Sieve é um dos mais abalados e inconformados com a decisão governamental.

Os grevistas ainda estão debilitados, eles ingerem somente líquido: chimarrão e suco de laranja, que os sustentam fisicamente.

Ontem os vereadores de Chapecó voltaram a promover que também entrariam em greve de fome, porém a atitude ainda não se confirmou, mas a possibilidade ainda não foi descartada.

Hoje os colonos estarão reunidos com o prefeito Ledônio Migliorini e com o Secretário do Oeste, Henrique Deiss, quando será analisada a permanência ou não do protesto dos agricultores. Entre as 13 pessoas que estão jejuando há seis dias, estão dois jovens com 15 anos de idade. Até a tarde de ontem não havia prazo para o término da greve.

Câmara quer transferência de D. José Gomes

A Câmara de Vereadores, por absoluto consenso dos 15 vereadores do PMDB e do PDS, enviou ontem mensagens ao Vaticano, ao Núncio Apostólico no Brasil e ao Sumo Pontífice, pedindo a transferência imediata do bispo Diocesano de Chapecó, Dom José Gomes. A justificativa da transferência é que o prelado corre sérios riscos de vida se permanecer no município, tendo em vista a revolta instalada no meio rural com a decisão de

transferir aos índios parte das terras de Sede Trentin. O motivo real, contudo, está ligado ao fato de ter o bispo abrigado e apoiado todas as ações do Conselho Indigenista Missionário nesses quatro anos de luta pelo reconhecimento do direito dos Caingangues às terras do Toldo Chimbangue.

Os vereadores explicaram que a transferência de Dom José é necessária porque sua integridade física corre riscos sérios. O temor dos edis é que eventual atentado coloque Chapecó

no mapa das cidades violentas, conferindo-lhe má fama internacional. Algo semelhante ao ano de 1954, quando a população local linchou e queimou em praça pública quatro marginais acusados de terem incendiado a igreja da cidade. O vereador Nelson Galina (PDS) diz que a ameaça de morte feita ao bispo, conforme publicação de O ESTADO na edição dominical, sensibilizou os vereadores para seu posicionamento.

Amin não concordou com decisão do Governo

O Governador Esperidião Amin declarou, ontem à tarde, que está esperando do Governo Federal uma resposta definitiva para a situação das 67 famílias que terão suas terras desapropriadas. A decisão, anunciada pelo Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, de que seriam entregues 912 hectares em Sede Trentin aos índios caingangues irá gerar mais revolta entre colonos e índios, disse Amin.

Na sua opinião esta não é a solução justa e favorável que todos esperavam. Ele disse que agora tem que se solidarizar com os colonos que não tem para onde ir. Acredita que esta medida foi tomada devido os "rumos radicais, tanto por parte dos proprietários como dos índios, que foram tomados" e exemplificou com a greve de fome.

Por enquanto o Governador assegura que só deseja saber quantos são os indígenas que irão ocupar a área e

quem são. Além de para onde irão os que forem desapropriados. Ele disse que estas perguntas não foram respondidas ainda pelo Governo Federal. Disse porém que pediu ao secretário de Segurança, Heitor Sché, para manter as medidas para garantir a ordem pública na região, e garantir o bem-estar dos catarinenses. Afirmou também que não tinha poder decisório para intervir na situação de forma a resolver a questão.

Explosão em minas provoca tremor de terra e atemoriza população

Criciúma — Boa parte dos moradores do Bairro Pinheirinho entrou em pânico na noite passada devido a fortes tremores causados por explosões de dinamite no subsolo. As detonações estão sendo efetuadas pela Companhia Carbonífera de Urussanga, de acordo com o plano de lavra da mina Santa Augusta.

Na noite passada, assustados pelo barulho das explosões e leves tremores na superfície, alguns moradores da Rua Imigrante Spilere chegaram a sair de suas casas. A trepidação sobre o solo tem causado inúmeras rachaduras nas casas de alvenaria e muros, conforme denunciou o comerciante Nelson Spilere. Para ele, as explosões estão ocorrendo "debaixo da minha casa. Essa é a impressão de todos os moradores da rua, o barulho é tão forte que parece que o está embaixo da gente". Spilere comentou que nos últimos seis meses "já tive de refazer o reboco da parede da minha casa várias vezes. Estava pensando inclusive em fazer uma piscina no meu terreno, mas desse jeito não me arrisco". A esposa

do comerciante, Ivone, declarou que após as 20 horas "ninguém aqui tem mais paz. E ninguém consegue dormir devido ao barulho".

ONDAS EM 45 GRAUS

O comerciante Nelson Spilere está indignado. Ele acusa a CCU de aproximar demais o seu plano de lavra do perímetro central. "Aqui no Bairro Pinheirinho, já existem prédios de até quatro andares, como é o caso da 'casa do estudante'. Se houver uma rachadura na parede, quem vai ter coragem de continuar morando lá?", ele perguntou.

Desde ontem, Spilere começou a recolher assinaturas dos vizinhos para cobrar a interferência da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente. "Se a Fatma nos ajudar, a gente pode pressionar o Departamento Nacional de Produção Mineral a pedir que acabem com esse abuso". O geólogo Wilson Simão, chefe do departamento de Geologia da CCU, considerou exageradas as reclamações. "Alguma trepidação sempre pode

ocorrer", ele concordou, "mas não a ponto de provocar rachaduras nas paredes". Simão explicou que o atual estágio do plano de lavra da CCU desenvolve-se na direção da localidade de Primeira Linha, onde está instalado o quartel do 28º Grupo de Artilharia de Campanha. "Nessa direção, estamos explorando a camada 'irapua' a uma profundidade de 90 a 120 metros. Um pouco antes, nas proximidades da empresa Incomix, estamos explorando a camada 'Barro Branco', a uns 80 metros de profundidade. As detonações", esclareceu o geólogo, "tendem a transmitir ondas que se propagam numa direção de 45 graus e não creio que estejam sendo sentidas na superfície tão fortemente assim".

Simão, todavia, lembrou que entre as camadas "irapua" e "Barro Branco" há uma faixa de arenito numa altura de catorze metros. "Esse material, o arenito, realmente permite uma propagação maior aumentando a vibração. Mas não creio", ele reafirmou, "que o caso seja tão grave como estão falando".